

# PTB exige que 'Centrão' mantenha direitos sociais

Brasília — José Varella

Vanda Célia

BRASÍLIA — O PTB ameaça a unidade do Centrão. Com 20 deputados federais, o Partido Trabalhista Brasileiro pretende romper seu compromisso com o Centrão e não assinar qualquer emenda coletiva do movimento, caso não sejam preservadas no texto da Constituição a maioria das conquistas sociais que foram aprovadas pela Comissão de Sistematização.

A divergência entre o Centrão e o PTB surgiu, ontem, durante reunião dos principais organizadores do grupo em Brasília. "O PTB não assina qualquer emenda se não forem mantidos os direitos sociais", anunciou o porta-voz do partido no encontro, deputado Roberto Jeferson (RJ).

**A reunião** — Para o encontro em Brasília vieram 10 coordenadores do Centrão com o objetivo de dar redação final às 30 emendas coletivas do movimento. Durante a reunião, no apartamento do deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), o PTB discordou do texto das emendas. "Não está certo deixar os direitos trabalhistas para a lei ordinária. O PTB quer que eles constem da Constituição", discordou Roberto Jeferson, sendo apertado por Fiúza e José Lins (PFL-CE). "Olha Roberto, você está radicalizando", comentou Fiúza. Os dois parlamentares falaram, então, pelo telefone, com o líder do PTB na Câmara, Gasthane Righi (PTB-SP) que está em São Paulo.

O Gastone me disse que está é uma questão fechada para o partido. Nós não vamos assinar coisa alguma se os direitos trabalhistas forem deixados de fora - garantiu Roberto Jeferson.

De acordo com o deputado petebista, são exigências do seu partido as seguintes conquistas: jornada de 44 horas semanais, licença de 120 dias para a gestante, e indenização progressiva - dois salários para cada ano trabalhado na empresa - em caso de demissão imotivada. Além desses itens, o PTB quer garantir o pagamento das horas extras com valor 50% superior ao normal. Jeferson disse que nada disso consta do texto da Ordem Social escrito pelos organizadores do Centrão, que remete tais questões para a legislação ordinária.

O líder do PTB, Gasthane Righi, está discutindo o texto das emendas do Centrão com dois dos principais sindicalistas de São Paulo: Luiz Antonio Medeiros (metalúrgicos) e Rogério Magri (eletricistas). Eles deverão passar o dia de hoje estudando fórmulas para resolver o impasse entre o PTB e o Centrão. De acordo com Roberto Jeferson, o PTB aceita todo o capítulo da Ordem Econômica proposto pelo Centrão, mas não assinará nem este item se não conseguir mudar a Ordem Social: "Estamos no Centrão porque não queremos a estatização do país, mas somos pragmáticos e queremos manter conquistas obtidas pelos trabalhadores".

O deputado do PTB estragou a festa do Centrão. Depois do encontro na casa do deputado Ricardo Fiúza os 10 parlamentares do grupo foram almoçar no Piantella - restaurante que é um tradicional reduto da esquerda e do PMDB, vazio por causa do recesso parlamentar. Ali, todos procuravam mostrar otimismo com a imprensa quando Jeferson resolveu, segundo ele mesmo disse, "entornar o caldo". O deputado Fiúza ainda tentou minimizar: "O Gastone me disse que tudo está bem". Mas o petebista insistiu: "O que temos é muita convergência no geral e total divergência na ordem social".

"Não é nada disto", afirmou o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP). Paes Landim (PFL-PI) repetiu a mesma coisa, mas Roberto Jeferson não cedeu: "Vocês querem deixar tudo para a lei ordinária mas sabem que não passa nada pelo Senado depois. Vai acabar ficando tudo como está", disse. Para ele, no PTB "vale o que está escrito e se não estiverem na Constituição não assinaremos mais nada com o Centrão. Ele ainda ameaçou o grupo com o desligamento dos 20 deputados do PTB: "E se nós sairmos o Centrão perderá a maioria".

## Grupo fará campanha para melhorar imagem

BRASÍLIA — O Centrão vai lançar campanha de esclarecimento da opinião pública para melhorar sua imagem, informou um de seus integrantes, o deputado José Bonifácio (PDS-MG), para quem a imagem do grupo é negativa porque "o objetivo do grupo ainda não foi assimilado nas bases corporais e sindicais". O conceito do Centrão na opinião pública foi discutido em almoço no Piantella, reduto da oposição, por dez integrantes do grupo que estiveram em Brasília para terminar o texto das emendas com que pretendem modificar o projeto de Constituição aprovado na Comissão de Sistematização.

Os centristas anunciaram a contratação de uma assessoria para divulgar suas intenções. Para Bonifácio, é preciso mostrar "que o Centrão quer definições realistas para a defesa dos interesses dos trabalhadores em compasso com os interesses do desenvolvimento econômico". O grupo rejeita o rótulo de "diretista". "Eu não sou homem de direita", afirma o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), uma das lideranças do grupo. Manter grupos de organizadores em Brasília é outro dos objetivos básicos do grupo.

"Não nos interessa atrasar a Constituinte", explicou Dasso Coimbra (PMDB-RJ), enquanto Luiz Eduardo contava que não hesitou em interromper o feriado para vir a Brasília: "Estamos trabalhando, temos pressa". Além do próprio texto das emendas, já redigido, o Centrão agora vai iniciar negociações com outros grupos da Constituinte. Ontem mesmo foi criada uma comissão — integrada por Luiz Eduardo, Eraldo Tinoco e José Bonifácio — para discutir pontos de convergência com o Grupo dos 32, liderado pelo senador José Richa (PMDB-PR), e com o Centrão.

Não temos nada fechado. Nosso trabalho está terminado, mas vamos discutir e fazer o que for mais viável para o país — diz o deputado Eraldo Tinoco.

## Lista de vetos tem 23 itens

BRASÍLIA — Os coordenadores do Centrão definiram em reunião 23 questões que desejam modificar no projeto de Constituição aprovado na Comissão de Sistematização. Eles não revelaram o texto final das emendas, alegando que primeiro terão de dar conhecimento da redação a todos os integrantes do grupo, mas divulgaram um resumo. Entre as emendas, apesar da oposição do PTB, que ameaça retirar-se da articulação, estão a punição à demissão imotivada, o pagamento em dobro das horas extras, o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, a licença de 120 dias para a mulher gestante, e a plena liberdade de greve.

São essas as principais emendas que o Centrão vai apresentar:

● Fim dos mecanismos de democracia direta — O grupo acha que eles são antagônicos à democracia com base na representação política.

● Tráfico de drogas e terrorismo — a meta é conseguir penas mais duras para esses dois crimes.

● Indenização em dinheiro — O Centrão quer que o texto deixe claro que as indenizações, no caso de desapropriação, devem ser feitas em dinheiro.

● Impenhorabilidade — Fim do dispositivo que proíbe a penhora das propriedades inferiores a 25 hectares, trabalhadas por uma só família.

● Mandado de segurança coletivo — A proposta é acabar com esse instrumento, criado pela Sistematização.

● Demissão imotivada — O Centrão acha que o tema não deve entrar na Constituição, devendo ficar na lei ordinária. Transitariamente, propõe a aplicação dos artigos 477 e 478 da CLT.

● Hora extra — Outro ponto que o grupo quer ver fora da Constituição. Para ele, a hora extra deve ser paga em valor superior ao normal, mas conforme acertado pelas partes em negociação coletiva.

● Imprescritibilidade — O grupo pretende estabelecer que os direitos trabalhistas prescrevam dois anos após a ocorrência o desligamento do empregado, como é hoje, e propor a supressão do dispositivo da imprescritibilidade votado na Sistematização.

● Aviso prévio — O objetivo é derrubar o inciso que tornou o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço.

● Greve — O grupo quer proibir a greve em setores considerados essenciais e limitar as paralisações à defesa de reivindicações específicas.

● Subsolo — O Centrão quer que a União tenha apenas a jurisdição e não o domínio sobre o subsolo, como foi aprovado na Sistematização.

● Impostos — Suprime a contribuição aos municípios para custeio de obras e serviços resultantes do uso do solo urbano. Também quer derrubar os impostos sobre os grandes fortunas. E, ainda, acabar com o dispositivo que permite aos estados instituir adicional sobre o Imposto de Renda. A progressividade nas alíquotas do imposto de transmissão causa mortis e de doações também está na mira do grupo.

● Emprego — O Centrão quer alterar o artigo 199 que coloca o pleno emprego como princípio fundamental da ordem econômica. No lugar, propõe que o pleno emprego seja definido como um ideal a ser alcançado.



Roberto Jeferson (perto do garçom) garantiu que o PTB não abandona trabalhador

## Experiência de pai inspira proposta

Deputado tem apoio das mulheres para licença-paternidade

Agláe Lavoratti

"Isto é coisa de índio" é a frase que o deputado Alceni Guerra (PFL-PR) mais ouve ao pedir aos companheiros de Constituinte apoio para uma emenda ao projeto de Constituição que estabelece a licença-paternidade. Pediatra e pai de quatro filhos, Alceni se diz especialista em trocar fraldas e afirma que "todo homem deve ter o direito de estar junto do filho quando ele nasce. Ser pai é um momento de felicidade plena".

A proposta do parlamentar paranaense estabelece a licença-paternidade optativa, como nos Estados Unidos e Suécia, entre cinco e oito dias, que serão descontados, posteriormente, nas férias. "Desta forma não estaremos onerando as empresas e os homens terão uma chance de dar maior atenção não só à mãe como, principalmente, à criança", diz Alceni.

O deputado começou a discutir o assunto timidamente na Constituinte e a primeira reação dos demais foi encerrar a proposta como uma piada, mas Alceni já tem apoio formal da bancada feminina, composta por 25 parlamentares. "A presença do pai diminui o estado de tensão da mulher nos primeiros dias da maternidade e essa situação emocional interfere principalmente na amamentação. A companhia constante do homem, nesse primeiro momento é fundamental", diz a deputada Lídice da Matta (PC do B-BA), mãe de um menino de quatro anos, que não contou com a presença do marido quando o filho nasceu.

**Adesão** — Também a deputada Rita Camata (PMDB-ES), mãe de Eliza Rafaela, de dois anos, não teve a presença do marido quando a filha nasceu. "O Gerson era governador e só aparecia no hospital depois do expediente. Há um distanciamento entre pai e filho hoje no Brasil por causa dessa situação. Não só a criança se ressentiu disso, mas principalmente a mãe. O filho é dos dois, e a mulher se sente mais confortada com a companhia do pai".

Alceni começou a amadurecer a idéia de tratar da licença-paternidade optativa na Constituinte há dois anos, quando Maria Pia nasceu. "Ela é a terceira e no nascimento dos dois primeiros filhos eu sequer tive oportunidade de acompanhá-los no início", diz. "Quando Maria Pia nasceu, eu já era parlamentar e estávamos de recesso. Pude acompanhar todos os primeiros momentos de minha filha e dar uma atenção especial à minha mulher, Angela. A experiência foi fascinante e até o meu relacionamento com Maria Pia é mais intenso, em consequência desses primeiros dias que passamos lado a lado".

Mas Alceni, de 42 anos, certificou-se de que sua proposta era justa depois de ver nascer o quarto filho do casal, Ana Sofia, no último dia 14. A mulher sofreu um acidente anestésico e até hoje tem dificuldades de locomoção. É o próprio Alceni quem se encarrega das principais tarefas, como trocar fraldas, fazer dormir, dar água, banho e muita atenção à Ana Sofia.



Alceni, um pediatra, curte os filhos e troca fraldas